

**De:** Alexandre Monteiro

**Enviada:** quinta-feira, 28 de Janeiro de 2016 11:25

**Assunto:** Agendamento de reunião

Portugal, enquanto Estado Parte da Convenção da UNESCO sobre a Protecção do Património Cultural Subaquático (PCS), comprometeu-se, nacional e internacionalmente, a preservar o seu património cultural subaquático em benefício da Humanidade; a tomar todas as medidas que considere oportunas com vista a sensibilizar o público para o valor e o significado do PCS e para a importância da sua protecção nos termos dita Convenção da UNESCO; e a criar, manter e actualizar um inventário do seu património cultural subaquático disperso pelo mundo, de modo a garantir de forma eficaz a protecção, a preservação, a valorização e a gestão de tal património.

Ora, parte significativa deste património - quase todo datado da Época dos Descobrimentos e do Comércio da Escravatura, todo ele único no seu género - jaz em águas territoriais de Moçambique, nomeadamente no mar circundante à Ilha de Moçambique. Protegido durante séculos pela profundidade das suas águas, a sua existência viu-se ameaçada nos finais do século XX pela intervenção organizada de empresas de caça ao tesouro que, actuando de forma predadora sobre os destroços de naus e galeões portugueses, venderam em leilões internacionais a sua carga de ouro, prata e porcelana chinesa da dinastia Ming, destroçando todos os outros elementos e o seu contexto arqueológico, daí resultando danos irreversíveis para o património de origem portuguesa e para o acervo cultural arqueológico moçambicano.

De modo a oferecer a uma alternativa de gestão desse tipo de património cultural partilhado, as Universidades Nova de Lisboa (Portugal) e Eduardo Mondlane (Moçambique) estabeleceram um protocolo de modo a que, exercendo as melhores práticas científicas e o estado da arte da arqueologia subaquática, encontrassem a melhor forma de gerir um património comum, que se reveste da maior importância como factor identitário - afinal, quando apropriadamente geridos, estes vestígios arqueológicos submersos podem contribuir para o conhecimento, divulgação e sensibilização dos mais diversos públicos, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável e governação responsável, nas componentes económicas, sociais, culturais e institucionais.

Perspectivam-se agora várias caminhos de viabilização dessa cooperação, cooperação que entendemos ser no superior interesse dos dois países, tanto mais que poderá permitir a construção da capacitação científica e académica de alunos moçambicanos - garante futuro da autonomia dessa país na gestão correcta dos seus bens arqueológicos..

Assim - no seguimento do contacto telefónico anteriormente estabelecido e aproveitando a estadia em Lisboa, até ao dia 5 de Fevereiro, de dois investigadores moçambicanos responsáveis por este programa - gostaríamos poder reunir com os membros da Comissão de Educação, Ciência e Cultura dessa Assembleia, o mais brevemente possível, pelo que peço que reencaminhe este email a quem de direito.

Com os nossos melhores cumprimentos,

Ricardo Teixeira Duarte e Yolanda Duarte (professores, Universidade Eduardo Mondlane)

Alexandre Monteiro (investigador, FCSH/UNL)